

# CREN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

CNPJ/MF: 71.732.960/0001-94

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações do Resultado dos Exercícios	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	8

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da  
**CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional**  
São Paulo - SP

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 20, integrantes às demonstrações contábeis, foram identificados erros materiais referentes aos exercícios anteriores e corrigidos no final do exercício de 2018. No entanto, os efeitos apurados, relativos aos exercícios sociais até 2017, no montante de R\$ 1.895.809, foram lançados diretamente à conta de superávits acumulados, no patrimônio líquido, ao invés de apropriados nas demonstrações dos anos a que correspondiam, mediante a reapresentação das mesmas, conforme determinado na NBC TG 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Ênfases

**Trabalho voluntário:** No exercício de 2018 a entidade recebeu a colaboração de trabalho voluntário em diversas atividades no âmbito do seu contexto operacional. Todavia, o levantamento para mensurar o valor dos trabalhos a valor justo não pode ser apurado em conformidade com a norma prevista sobre esse assunto na ITG 2002. Conforme descrito na nota explicativa nº 15, a apuração financeira não afeta o resultado do exercício corrente.

## **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de



2

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2019.



**COKINOS & ASSOCIADOS**  
Auditores Independentes S/S  
CRC-2SP 15.753/O-0



**JOSÉ LUIZ DE FARIA**  
Contador  
CRC-1SP116.868/O-8

**Registro CVM n.º 7.739**



**CREN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL**  
**CNPJ/MF: 71.732.960/0001-94**  
**Balanco Patrimonial**

Em reais

ATIVO	NE	2018	2017	PASSIVO	NE	2018	2017
			Reclassificado				Reclassificado
<b>Circulante</b>		<b>4.963.966</b>	<b>5.161.912</b>	<b>Circulante</b>		<b>2.183.624</b>	<b>597.765</b>
Caixa e equivalentes	(04)	4.859.609	5.063.087	Obrigações trabalhistas			882
Adiantamentos	(05)	100.304	94.378	Obrigações sociais	(08)	99.809	60.373
Despesas Antecipadas		4.053	4.447	Obrigações tributárias	(09)	44.329	29.795
				Provisões de férias e encargos		528.605	478.059
				Contas a pagar serviços terceiros		14.437	28.348
				Outras contas a pagar			309
				Convênios a apropriar		1.496.444	
<b>Permanente</b>		<b>846.622</b>	<b>797.165</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	(11)	<b>3.626.964</b>	<b>5.361.312</b>
Imobilizado	(06)	842.441	796.012				
Intangível	(07)	4.181	1.153				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.810.588</b>	<b>5.959.077</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.810.588</b>	<b>5.959.077</b>

*10º TABELIÃO*

*Vaney Paulo Fornazieri*

**Vaney Paulo Fornazieri**  
Diretor Presidente

*Rogério Gerlach Paganatto*

**Rogério Gerlach Paganatto**  
CPF 129.306.208-60  
CRC1SP131987/O-3

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

*4 P*

10º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SÃO PAULO  
 Maria Paula Pachy Monteiro da Silva - Tabelião  
 Av. Jabaquara, 221 - Fone: 5583-3088 - Fax: (11) 5583-1022 - Cep 04045-000

Reconheço por semelhança as fimas de:  
 ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO.....

Sao Paulo, 01 de Abril de 2019 - Em Test. da Verdade  
 C35-LUIS CARLOS TORINO - ESCRIVENTE  
 Valor Por Assinatura R\$6,25  
 Sel: 1033AB0129081

COLEGIO NOTARIAL DO BRASIL  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 111153  
 FIRMA 1  
 S11033AB0129081

**CREN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Em reais

	NE	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		TOTAL	TOTAL
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>8.041.715</b>	<b>8.334.748</b>
<b>Receitas operacionais com restrições</b>		<b>6.800.181</b>	<b>6.644.537</b>
<b>Programas na área de saúde</b>			
Subvenção governamental	(12a)	5.700.526	5.402.350
<b>Programas na área da educação</b>			
Subvenção governamental	(12b)	1.099.655	1.242.188
<b>Receitas operacionais sem restrições</b>		<b>1.241.534</b>	<b>1.690.210</b>
Com doações	(13)	1.219.574	764.328
Financeiras, deduzidas das receitas	(14)	(63.963)	290.592
Outras receitas		85.923	635.290
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(7.880.254)</b>	<b>(7.307.331)</b>
<b>Custos com programas</b>		<b>(6.816.899)</b>	<b>(5.985.656)</b>
<b>Programas na área de saúde</b>		<b>(5.806.906)</b>	<b>(4.726.905)</b>
Despesas com pessoal		(4.595.805)	(4.026.475)
Serviços prestados por terceiros		(204.717)	(192.212)
Despesas administrativas e gerais		(900.292)	(232.871)
Custos com materiais		(9.709)	(263.425)
Depreciação / amortização		(96.383)	(11.921)
<b>Programas na área da educação</b>		<b>(1.009.993)</b>	<b>(1.258.751)</b>
Despesas com pessoal		(572.565)	(1.088.680)
Serviços prestados por terceiros		(59.107)	(31.203)
Despesas administrativas e gerais		(357.520)	(34.203)
Custos com materiais		(20.801)	(104.143)
Depreciação / amortização			(522)
<b>Despesas com atividades assistenciais com recursos próprios e institucionais</b>		<b>(1.063.355)</b>	<b>(1.321.675)</b>
Despesas com pessoal		(580.068)	(757.710)
Serviços prestados por terceiros		(250.711)	(292.198)
Despesas administrativas e gerais		(228.936)	(60.464)
Custos com materiais		(3.640)	(129.860)
Depreciação / amortização			(69.348)
Isenção da cota patronal	(16)	1.228.164	1.220.549
(-) Isenção da cota patronal	(16)	(1.228.164)	(1.220.549)
Outras despesas			(12.095)
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>161.461</u></b>	<b><u>1.027.417</u></b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

**CREN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO**  
 Em reais

	Patrimônio Social	Reservas	Ajustes de exercícios anteriores	Resultado acumulado	Superávit	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.587.325</b>	<b>707.201</b>	-	-	<b>880.426</b>	<b>4.174.952</b>
Transferências	880.426	-	-	-	(880.426)	-
Reservas	-	(69.171)	-	-	-	(69.171)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	229.973	-	-	229.973
Superávit do exercício	-	-	-	-	1.027.417	1.027.417
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.467.751</b>	<b>638.030</b>	<b>229.973</b>	-	<b>1.027.417</b>	<b>5.363.171</b>
Ajustes de exercícios anteriores			(1.895.809)			-1.895.809
Superávit do exercício					161.461	161.461
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.467.751</b>	<b>638.030</b>	<b>(1.665.836)</b>	-	<b>1.188.878</b>	<b>3.628.823</b>

**CREN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO**  
(em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Superavit</b>	<b>161.461</b>	<b>1.027.417</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado para fluxo de caixa</b>	<b>-1.799.426</b>	<b>242.592</b>
Depreciação e amortização	96.383	81.790
Ajustes	-1.895.809	229.973
Variações patrimoniais		(69.171)
<b>Variações no capital circulante</b>	<b>1.580.327</b>	<b>175.078</b>
Adiantamentos	(5.926)	110.725
Despesas Antecipadas	394	(494)
Obrigações trabalhistas	(882)	882
Obrigações sociais	39.436	60.373
Obrigações tributárias	14.534	29.780
Provisões de férias e encargos	50.546	(52.509)
Contas a pagar serviços terceiros	(13.911)	26.801
Convenios a apropriar	1.496.444	-
Outras contas a pagar	(309)	(481)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(57.638)</b>	<b>1.445.087</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(145.840)	(38.747)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(145.840)</b>	<b>(38.747)</b>
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b>	<b><u>(203.478)</u></b>	<b><u>1.406.340</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício - ajustado	5.063.087	3.656.305
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.859.609</u>	<u>5.062.644</u>
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b>	<b><u>(203.478)</u></b>	<b><u>1.406.340</u></b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

## Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

### 1 Contexto operacional

#### a. Informações gerais

A CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional (“Associação”) é uma organização não governamental (ONG) sem fins econômicos e tem como objetivo principal a promoção dos direitos sociais, a partir do desenvolvimento de iniciativas nas áreas de saúde, assistência social, educação e cultura. Reconhecida de utilidade pública nas três esferas do governo: Federal, pelo Decreto n.º 50.517/61; Estadual, pelo Decreto n.º 50.539/06; e Municipal pelo Decreto n.º 37.260/97. A entidade é portadora do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social, concedido pelo Ministério da Saúde, conforme Parecer Técnico n.º 104-SEI/2017, do processo n.º 25000.000260/2015-09, cuja validade é de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União – DOU no dia 06/10/2017.

#### b. Áreas de atuação

A Associação tem como objetivos básicos:

- I. Prestação de serviços voltados à prevenção e tratamento de distúrbios nutricionais primários e o desenvolvimento de atividades auxiliares nas áreas de saúde, assistência social, educação e cultura;
- II. Identificação de vulnerabilidade social, principalmente entre crianças, adolescentes e famílias, a fim de promover intervenções socioeducativas que possibilitem o crescimento cognitivo, afetivo-emocional, social e espiritual;
- III. Realização de estudos, visando à criação de metodologias, a estruturação de serviços públicos e o progresso tecnológico e científico, que, ao serem produzidos e divulgados, propiciem o desenvolvimento social e inclusivo;
- IV. Busca de possibilidades concretas de transformação dos indivíduos, em respeito à plena e sadia existência humana, por meio da afirmação e difusão de conceitos e hábitos nutricionais adequados; e
- V. Realização de atividades culturais que promovam a ética, a paz, a cidadania, a dignidade humana e os direitos humanos, estimulando a participação ativa dos cidadãos na sociedade e conscientizando-os.

#### c. Da manutenção

A Associação pode firmar contratos ou convênios com outras instituições congêneres ou afins, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para o melhor desenvolvimento de suas finalidades institucionais. Pode ainda, se organizar em unidades de prestação de serviços para a execução de atividades visando a sua auto sustentação.

#### d. Da organização

A Associação é administrada pela:

- I. Assembleia Geral;
- II. Por uma Diretoria, assim constituída:
  - a. Diretor Presidente;
  - b. Secretário;
  - c. Primeiro e Segundo Tesoureiros; e
- III. Conselho Fiscal.



## 2 Base de preparação

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial as Resoluções CFC nº 1409/12 (ITG 2002) e nº 1305/10 (NBC TG 07).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Associação em 15 de março de 2019.

### b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

#### *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações contábeis são apresentadas em Reais e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

### c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

### a. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, exceto as receitas oriundas de doações e subvenções, que são registradas mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos.

### b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.



### *Recursos vinculados a projetos*

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para quais os recursos foram destinados.

#### **c. Ativo circulante e não circulante**

Registrados pelo valor de realização, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável.

#### **d. Imobilizado**

##### *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessário.

##### *Depreciação*

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

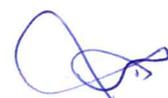
#### **e. Intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimada.

#### **f. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



**g. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros utilizados pela Associação restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e a minimização de riscos. A Associação não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>SEM RESTRIÇÃO</b>		
Caixa	2.998	3.986
Bancos conta movimento	172	17.811
Aplicações financeiras	<u>573.838</u>	<u>1.464.597</u>
<b>Sub Total</b>	<b><u>577.008</u></b>	<b><u>1.486.394</u></b>
<b>COM RESTRIÇÃO</b>		
Bancos conta movimento	901	166
Aplicações financeiras	<u>4.281.700</u>	<u>3.576.527</u>
<b>Sub Total</b>	<b><u>4.282.601</u></b>	<b><u>3.576.693</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>4.859.609</u></b>	<b><u>5.063.</u></b>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos com restrição são vinculados a projetos e se referem a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos contratos de convênios e projetos incentivados.

**5 Adiantamentos**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamento de férias	99.864	91.663
Adiantamento a fornecedor	440	3.020
Cheques a receber		(443)
FGTS antecipado		138
<b>Total</b>	<b><u>100.304</u></b>	<b><u>94.379</u></b>

## 6 Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2018		2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4%	1.031.160	(430.592)	600.568	641.815
Instalações	20%	112.387	(106.064)	6.323	8.692
Móveis e utensílios	20%	112.822	(65.187)	47.635	14.803
Máquinas e equipamentos	20%	161.370	(152.555)	8.815	35.144
Veículos	20%	108.412	(108.412)	-	-
Equipamentos de informática	20%	<u>269.026</u>	<u>(131.918)</u>	<u>137.108</u>	<u>53.566</u>
<b>Sub-total</b>		<b>1.795.177</b>	<b>(994.728)</b>	<b>800.449</b>	<b>754.020</b>
Imobilizado em andamento		<u>41.992</u>		<u>41.992</u>	<u>41.992</u>
<b>Total</b>		<b><u>1.837.169</u></b>	<b><u>(994.728)</u></b>	<b><u>842.441</u></b>	<b><u>796.012</u></b>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2018	2017
<b>Saldos no início do exercício</b>	<b>796.012</b>	<b>837.828</b>
<b>Adições</b>		
Instalações	-	-
Móveis e utensílios	42.834	5.996
Máquinas e equipamentos		18.187
Veículos		-
Equipamentos de informática	98.277	14.564
Imobilizado em andamento		-
Baixas líquidas		(-)
Depreciações	<u>(94.682)</u>	<u>(80.564)</u>
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b><u>842.441</u></b>	<b><u>796.012</u></b>

## 7 Intangível

Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 – IT 1 – Resolução CFC nº 1.140/08.

Descrição	Taxa	2018	2017
Software		38.211	33.481
Amortização acumulada	20%	<u>(34.030)</u>	<u>(32.328)</u>
<b>Total</b>		<b><u>4.181</u></b>	<b><u>1.153</u></b>

## 8 Obrigações sociais

	2018	2017
INSS a recolher	52.109	20.934
FGTS a recolher	42.267	36.125
Outros	<u>5.433</u>	<u>3.314</u>
<b>Total</b>	<b><u>99.809</u></b>	<b><u>60.373</u></b>



## 9 Obrigações tributárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRRF sobre salários	44.329	29.795
<b>Total</b>	<b><u>44.329</u></b>	<b><u>29.795</u></b>

## 10 Termos de parceria/Convênios/Leis de Incentivo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Convenio SMS	1.269.996	
Convenio SME	226.424	
PNAE	24	
	<b><u>1.496.444</u></b>	<b><u>-</u></b>

## 11 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação está composto pelos superávits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção da Associação.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Associação foi de R\$ 3.626.964 (R\$ 5.361.312 em 31 de dezembro de 2017).

A Entidade mantém uma reserva para contingências no valor de R\$ 410.490 equivalente a multa de 40% do FGTS devidos por ocasião de rescisões de contratos de trabalho dos colaboradores alocados nos projetos subvencionados, entre outras obrigações.

## 12 Subvenções Governamentais

As receitas operacionais recebidas diretamente pela Associação são oriundas basicamente de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas.

### a) Área da Saúde

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
SMS – Secretaria Municipal da Saúde – Vila Mariana	2.561.434	2.638.100
AVSi – Associazione Volontari Per II Servizio Internazionale Vila Mariana		63.240
SMS – Secretaria Municipal da Saúde – Zona Leste	2.517.548	2.183.700
SMS – Secretaria Municipal da Saúde – Zona Sul	177.558	
AVSi – Associazione Volontari Per II Servizio Internazionale Vila Jacuí		86.990
SMS – Secretaria Municipal da Saúde Institucional	426.924	376.420
Convenio PNAE - Vila Jacui	17.060	
AVSi – Jundiaí		53.900
<b>Total</b>	<b><u>5.700.526</u></b>	<b><u>5.402.350</u></b>



b) Área da Educação

	2018	2017
SME – Secretaria Municipal da Educação – Vila Mariana	78.225	517.868
SME – Secretaria Municipal da Educação – Vila Jacuí	536.738	687.138
Infantil – MAE		37.182
Recursos termos de parceria	432.599	
Recursos convenios	10.740	
Rendimento de aplicação financeira	41.353	
<b>Total</b>	<b><u>1.099.655</u></b>	<b><u>1.242.188</u></b>

**13 Doações**

	2018	2017
Doações Pessoas físicas e Jurídicas	319.480	204.844
Contribuições de empresas	454.461	50.000
Nota Fiscal Paulista	<u>445.632</u>	<u>509.484</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.219.573</u></b>	<b><u>764.328</u></b>

**14 Receitas (Despesas) contábeis líquidas**

Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado estão demonstrados como segue:

	2018	2017
<b>Receitas contábeis</b>		
Receitas com aplicações contábeis	175.123	316.410
Descontos financeiros	653	998
<b>Subtotal</b>	<b><u>175.776</u></b>	<b><u>317.408</u></b>
<b>Despesas contábeis</b>		
Juros incorridos	-210.668	-13
Despesas bancárias	-13.492	-25.283
Outras despesas financeiras	-1.485	
Despesas com impostos e variações cambiais	<u>-14.094</u>	<u>-1.520</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>-233.739</u></b>	<b><u>-26.816</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>-63.963</u></b>	<b><u>290.592</u></b>

**15 Mensuração do trabalho voluntário**

Não foram procedidos levantamentos, em atendimento à Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Cabendo observar que esses valores de serviços voluntários de receita e despesa e não altera o superávit/déficit do exercício.

**16 Renúncia fiscal - Isenções previdenciárias usufruídas**

Considera-se imune a instituição de saúde, educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e coloque-os à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.



As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, salvo nas hipóteses autorizadas por lei.
- Aplicar, integralmente, no país seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A Entidade vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados, notadamente os do art. 14 do Código Tributário Nacional.

A Entidade tem isenção da contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97.

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11º da Lei n.º 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos as isenções previdenciárias, como se devidas fossem, e gozadas durante o exercício.

	2018	2017
Ordenados e salários	4.816.331	4.786.465
(*) Percentual de contribuição (a)	25,50%	25,50%
<b>Subtotal</b>	<b><u>1.228.164</u></b>	<b><u>1.220.549</u></b>
Serviços prestados por pessoa física (autônomos)		-
Percentual de contribuição devida (b)	20,00%	20,00%
<b>Subtotal</b>		-
<b>Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) =</b>	<b><u>1.228.164</u></b>	<b><u>1.220.549</u></b>

Por área de atuação as isenções usufruídas são demonstradas como segue:

	2018	2017
Saúde	980.835	850.144
Educação	128.054	223.270
Projetos próprios e institucionais	119.275	147.135
<b>Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) =</b>	<b><u>1.228.164</u></b>	<b><u>1.220.549</u></b>



## 17 Gratuidades concedidas

Foram concedidas com observância da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, conforme explicação abaixo:

### a) Área da saúde

A Entidade ofertou 100% da sua capacidade de atendimento a crianças e adolescentes na área de nutrição e alimentação saudável em caráter gratuito cumprindo a determinação da Lei 12.101 seção I (Art. 8º-A) para atividades de saúde.

### b) Área de assistência social

Em 2018 foram executadas oficinas de educação nutricional e programas com grupos para orientações de higiene, discussão sobre obesidade e auto-estima, subnutrição, diarreia, infecções, etc. O programa está também em conformidade com a Lei 12.101/09. Os serviços assistenciais foram 100% gratuitos.

## 18 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 19 Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e os dirigentes da Associação não são remunerados.

## 20 Ajustes de exercícios anteriores

Até o exercício anterior a Entidade registrava diretamente como receita os valores de convênios e subvenções no momento do recebimento. Conforme CPC 07 enquanto não aplicada aos projetos esses valores deveriam permanecer em conta de passivo, como subvenções ou convênios a aplicar. Nas demonstrações contábeis, foram identificados erros materiais referentes aos exercícios anteriores e corrigidos no final do exercício de 2018. No entanto, os efeitos apurados, relativos aos exercícios sociais até 2017, no montante de R\$ 1.895.809, foram lançados diretamente à conta de superávits acumulados, no patrimônio líquido, ao invés de apropriados nas demonstrações dos anos a que correspondiam, mediante a reapresentação das mesmas, conforme determinado na NBC TG 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros

\*\*\*\*\*